

# A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL CEARENSE NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA

MARIZE VITAL\*

## Resumo

Na segunda metade do século XX o mundo assistiu à emergência de um novo modelo econômico.

Tomando como ponto de estudo a modernização econômica aplicada no Estado do Ceará, o presente artigo trata dessa questão e de suas consequências nas relações sociais e no espaço.

## Abstract

During the second half of 20<sup>th</sup> century the world saw the rise of a new economic model.

Taking as subject of study the application of economic modernization in the state of Ceará, the present article deals with this question and their consequences in space and in the social relations.

---

\* Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Ceará-UECE, Prof<sup>a</sup> Ms. da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Ceará.

## INTRODUÇÃO

As relações econômicas que se efetivaram no século XX, especialmente no pós-guerra, passaram a ter nova dimensão com a aplicação de procedimentos e métodos científicos que possibilitaram ao homem introduzir o progresso técnico e renovar as forças produtivas. Trata-se de um período<sup>1</sup> no qual a base das transformações encontra-se nas inovações técnico-científicas, acompanhadas da aceleração<sup>2</sup> e do acúmulo de informações, cujo desenvolvimento tecnológico permitiu ao homem organizar outro novo modelo econômico, em que a reestruturação dos tradicionais sistemas produtivos ampliou a produção e reduziu os custos, ao mesmo tempo que provocou inúmeras metamorfoses nas relações sociais e no espaço (ELIAS, 1994, p. 12) e submeteu o espaço mundial às mesmas regras, formando um único sistema – O Sistema Mundo (DOLFUS, 1993, p. 240).

A área de produção capitalista alargou-se, todos os lugares podem hoje ser facilmente atingidos pela circulação, graças ao desenvolvimento de novas técnicas de engenharia, da microeletrônica, da informática, da robótica, da biotecnologia, das modernas fontes de energia, da informação etc. Espaço e tempo conquistam significado especial e, com o desenvolvimento dos transportes, podem contar com a velocidade, diminuindo as distâncias físicas e atingindo todos os lugares.

Esse conjunto de materiais propicia ao capital a dispersão espacial da produção, fazendo com que a circulação, fator essencial da acumulação

---

<sup>1</sup> "Cada período pode ser considerado como um segmento homogêneo de tempo histórico, em que variáveis se mantêm em equilíbrio no interior de uma mesma combinação. A definição de um período vai confundir-se com a do sistema em escala mundial; período histórico e sistema temporal são, pois, sinônimos" (Santos, **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**, 1979, p. 26). "Períodos são pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas" (Santos, **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**, 1994, p. 70).

<sup>2</sup> "Aceleração são momentos culminantes na história, como se obrigassem forças concentradas, explodindo para criarem o novo. (...) impondo novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das idéias, mas também acrescentou novos itens à história" (Santos: **Técnica, Espaço, Tempo : globalização e meio técnico-científico-informacional**, 1994, p. 29).



capitalista, realize-se em escala cada vez maior. Entretanto, se de um lado ocorre rápida difusão da produção sobre o espaço geográfico mundial, o mesmo não se pode afirmar da tecnologia, pois nem todos os países têm acesso à pesquisa e à produção de alta tecnologia. Cria-se um desenvolvimento desigual e combinado, inerente ao capitalismo, em que os países mais pobres tornam-se cada vez mais interdependentes, resultando numa divisão internacional do trabalho, cujos agentes dinâmicos da economia são os poderosos grupos, auxiliados pelos Estados nacionais e seus novos papéis.

A organização das atividades produtivas ergue-se num plano mundial marcado por novas formas de produção e consumo, pela abertura de fronteiras agrícolas e comerciais, pela competitividade e por um regime de acumulação com tendência à flexibilização, além de um mercado financeiro fortemente globalizado. São novos signos redefinindo o espaço mundializado, tanto horizontalmente quanto verticalmente, revelando, entre outros elementos, a modernização da produção agrícola e industrial.

Nesta perspectiva, a organização do espaço da produção no Brasil, fundada nas atividades agrícolas, toma maior impulso com o pós-guerra, a partir do implemento das políticas de desenvolvimento regional e de modernização da produção.

### **A MODERNIZAÇÃO AGROINDUSTRIAL NO BRASIL E NO NORDESTE: REFERENCIAL TEÓRICO**

As transformações na produção econômica brasileira ocorreram de forma muito profunda nos últimos anos; tais mudanças<sup>5</sup>, porém, se fazem presentes com maior intensidade nas atividades agropecuárias, calcadas na mudança da base técnico-científica, na expansão das fronteiras agrícolas e, principalmente, com a introdução da indústria nas atividades agrícolas. São transformações capazes de gerar um novo campo de capital industrial (SORJ,

---

<sup>5</sup> "As mudanças geográficas dos espaços da produção coincidem com mutações maiores da organização da produção, em que a desintegração vertical das relações de proximidade, a troca contínua de informações realiza a proximidade espacial e permite a interação e regulação final do processo de produção global" (BENKO, 1999, p.29).



1980, p. 29), definido por moderno padrão de produção agrícola, cuja marca se dá pela intensificação das relações agricultura/indústria e por alterações nas relações sociais, caracterizando assim o processo de modernização da agricultura brasileira a partir da segunda metade dos anos 60 (MAZZALI, 2000, p. 17).

As condições do campo brasileiro – fundadas no crescimento da produção agrícola, na formação de novos mercados regulados pelas relações de produção e distribuição globalizadas, cada vez menos de subsistência, direcionadas às demandas urbanas internas e à produção de produtos exportáveis – são alguns fatores que explicam a formação dos complexos agroindustriais (CAIs). Esse processo tem alterado a estrutura produtiva, muitas vezes ocasionando a destruição de determinados territórios para dar lugar a uma nova lógica, ou ocasionando também a formação de um novo território, em que os modos de vida do homem do campo passam a ser determinados pelas atividades que surgem no meio rural.<sup>4</sup>

As atividades agropecuárias nos últimos anos passaram por intenso processo de inovação, cujas características marcantes são: “a substituição da economia natural por atividades agrícolas ligadas à indústria e ao setor terciário” (SILVA, 1996, p. 1); “a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais e conseqüente integração de capitais” (SORJ, 1980, p. 29); “a expansão do agrícola não rural” (SANTOS, 1997, p. 238); “a substituição dos complexos rurais pelos complexos agro-industriais” (SILVA, 1996, p. 1 apud ELIAS, 1996).

A nova lógica da produção perpassa um circuito comandado pela indústria e caracterizado por forte integração. A indústria é capaz de racionalizar o processo produtivo e aumentar a produtividade. Fruto da mo-

---

<sup>4</sup> Para Muller, no campo, o produto da modernidade é a constituição dos CAIs e a partir daí a sua manutenção e expansão, principal setor de modernização da agricultura, calcada na produção do álcool com a crise do petróleo, produzindo um impacto na agroindústria do açúcar e álcool e na agricultura (MULLER, 1986, p. 31). Por outro lado, Silva (1996) considera que a dinâmica da agricultura brasileira comandada pelos complexos agroindustriais se caracteriza pela substituição da economia natural por atividades integradas à indústria, à intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, à especialização da produção agrícola e à substituição das exportações pelo consumo produtivo interno (SILVA, 1996, p.1).



dernidade, a constituição dos CAIs, calcados na produção do álcool com a crise do petróleo, produziu impactos na agroindústria do açúcar/álcool e na agricultura. Objetivando garantir ações efetivas ao setor canavieiro, após a crise de 1929/30, criou-se o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA, 1933), que não cumpriu seu papel fundamental, o de realizar "modificações estruturais no setor"<sup>5</sup>. Agindo sobre a economia, os CAIs foram fundamentais na consolidação e expansão deles próprios.

Nesse processo fica claro que a economia brasileira estava submetida ao capital industrial. No entanto, a forma tradicional de produzir no campo revelava seus limites e a modernização da agricultura não significou desenvolvimento, nem resolveu os problemas do meio rural. O desenvolvimento econômico requer bem mais que mero crescimento econômico – foi ao que assistimos ao longo desse processo. Perpetuam-se, ainda hoje, as desigualdades regionais e sociais.

Além disso, o aumento da produção de alimentos e a distribuição de riquezas não foram absorvidos pelo grosso da massa populacional. A localização geográfica da indústria também permanece praticamente inalterada, muitas vezes privilegiando pontos onde a modernidade já existia, ou seja, nas quais havia as condições necessárias à implantação das unidades de produção industrial, como a criação dos sistemas de engenharia que possibilitam a realização dos fluxos (SANTOS, 1985, p. 76).

Na formação e consolidação dos complexos agroindustriais, a articulação da agricultura ocorre, de um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capital agrícola e, do outro, com a indústria processadora de pro-

---

<sup>5</sup> De acordo com Souza (1997, p. 502), a atuação do IAA limitou-se à fixação de cotas de produção, a estabelecer critérios de implantação de novas usinas, a financiar a produção, a estimular a modernização do equipamento industrial e a regular o abastecimento do mercado nacional.



duto agrícola, a agroindústria.<sup>6</sup> No contexto da agroindústria, as transformações impostas pelo desenvolvimento do capital industrial condicionaram a sociedade ao consumo, em escala maior, de alimentos processados e semiprocessados, tornando importantes questões como: crescimento populacional; distribuição de renda e nível de urbanização para a realização da produção do setor de alimentos relacionada à expansão do mercado interno e externo e ao grau de competitividade dos seus produtos.

No Brasil, o ramo alimentar conserva ainda significativo peso na estrutura industrial, porém, em decorrência da constituição de grandes agroindústrias processadoras voltadas ao atendimento do mercado interno e externo, os novos processos de reestruturação industrial resultaram da mudança de hábitos alimentares e da emergência de um conjunto de tecnologia, em especial, a microeletrônica e a biotecnologia.

No contexto da formação dos complexos agroindustriais, as indústrias que mais se desenvolveram estão ligadas ao setor de alimentos, porquanto, ao contar com forte integração entre as indústrias participantes, a produção de alimentos é uma das atividades mais numerosas e diversificadas.

No que se refere às mudanças ocorridas no âmbito da modernização e da conseqüente formação dos complexos agroindustriais no espaço geográfico brasileiro, sabe-se não terem sido capazes de responder às necessidades de integrar e desenvolver todas as regiões do país, fato explicado pela herança dos diferentes modos de produção que insistem em conservar certas estruturas, a se refletirem na organização do espaço no país.

---

<sup>6</sup> De acordo com Espíndola (1999, p. 16), as agroindústrias açucareira, de moagem de trigo, de óleos vegetais, de suínos e aves e, mais recentemente, as agroindústrias multinacionais se estruturaram em cinco grandes fases: 1. Período anterior ao século XIX, caracterizado pela instalação dos engenhos de açúcar; 2. Entre o século XIX e a década de 30, marcada pela instalação dos moinhos de trigo, indústrias de óleos vegetais, frigoríficos e usinas de açúcar; 3. Iniciada em meados da década de 40 até 1970, quando se estabelecem os frigoríficos no Brasil Central, agroindústrias de suínos e aves no Sul e a entrada de grandes capitais agroindustriais multinacionais; 4. Período de 1970 a 1990, que consagra a expansão das agroindústrias do Sul do Brasil, via modernização tecnológica, diversificação produtiva e centralização do capital; 5. Fase sobreposta à anterior em termos de período, mas que continua até hoje (ESPÍNDOLA, 1999, p.16).



Podemos afirmar que o desenvolvimento das forças produtivas não se realiza da mesma maneira no tempo e no espaço, razão pela qual, para compreender a inserção do Nordeste e do Ceará no contexto do capitalismo internacional, é necessário que se investigue a partir de realidades concretas dos espaços mencionados.

No Nordeste, o processo de industrialização está intimamente ligado ao modelo brasileiro, denominado de industrialização tardia, cujo ápice se deu no contexto desenvolvimentista e de crescimento econômico, em detrimento da expansão das forças capitalistas do mundo desenvolvido. Inserir o Brasil nesse processo significa a garantia da (re) produção do capital nacional e internacional nos ramos de produção e, ao mesmo tempo, diferenças regionais<sup>7</sup>.

No caso brasileiro, as grandes mudanças no padrão de acumulação econômica passam a se efetivar com maior profundidade no início do século XX, por volta dos anos 20, e depois de forma mais consistente na segunda metade do mesmo século.

O primeiro momento é marcado pela substituição de importações, em prejuízo do modelo agrário-exportador. A possibilidade de a indústria substituir o ritmo das atividades econômicas no Brasil neste momento só se tornou possível a partir das condições geradas pelo capital do café, proporcionando maior desenvolvimento do Sudeste e Sul. Esse processo, apesar da crise do café ter culminado com a Grande Depressão, tem sua continuidade, principalmente no Sudeste, que passa a investir na diversificação da produção, tanto na indústria como na agricultura, que vem desenvolver notadamente produtos como algodão e açúcar. Embora se perceba o início do domínio da indústria nas atividades econômicas brasileiras, devemos considerar elementos fundamentais neste processo, como a incipiente base técnica e a concentração no Estado de São Paulo.

É a partir da segunda metade dos anos 50 que o processo de industrialização brasileira, baseada na formação de capital oligopolista, dá uma arrancada na constituição de setores mais pesados da indústria. O Estado é chamado

---

<sup>7</sup> "A integração produtiva comandada pela acumulação industrial, ao mesmo tempo em que impôs uma dinâmica cada vez mais semelhante entre as regiões brasileiras, aumentou a heterogeneidade interna e reforçou certas especializações" (ARAÚJO, 1999, p.146).



a participar na montagem de uma estrutura condizente com os investimentos empreendidos.

Por outro lado, a indústria, como processo de acumulação do capital, possibilitou a realização de um conjunto de transformações, sobre o espaço brasileiro, ainda que de forma parcial e diferenciada. Permitiu elevação da capacidade produtiva com o uso de tecnologia, mobilidade da produção do campo para a cidade, crescimento das cidades grandes e médias, mudanças socioculturais. Promoveu, ainda, a inserção da indústria nas atividades agrícolas capazes de gerar novo modelo agrícola comandado pelo capital industrial, com forte integração e possibilidade de racionalizar o processo produtivo e aumentar a produtividade, dentro de um contexto desenvolvimentista e de crescimento da produção. De alguma forma, a indústria propiciou maior integração do território nacional.

A implantação das indústrias açucareira e têxtil visava não só fortalecer a economia regional no mercado internacional, mas também estimular o crescimento do mercado interno, ao mesmo tempo em que promovia o surgimento e o crescimento de outras atividades industriais: mecânica, metalurgia, confecções, óleos, sabões etc. Por outro lado, pode-se afirmar que a pecuária serviu de suporte à atividade canavieira (AMORA, 1989, p. 117).

As relações sociais e políticas que se estabeleceram no Nordeste fizeram do Estado o agente que atendia aos interesses das oligarquias locais e da burguesia dominante, determinando o controle social e a preservação de estruturas tradicionais, fechadas às inovações do mercado e às exigências do capitalismo daquele momento.

Em todo o Nordeste, este modelo se perpetuou até hoje por meio dos grandes latifúndios, na área canavieira, nas áreas de domínio da pecuária e nas de grandes projetos agropecuários e agroindustriais, fortalecendo os grupos oligárquicos e provocando grande transformação socioespacial com o desaparecimento da pequena produção (ANDRADE, 1993, p. 35).

Novo quadro da industrialização moderna começa a se desenhar para o Nordeste. O governo passa a se preocupar com o planejamento e neste sentido coloca o aproveitamento dos recursos energéticos na base da discussão do processo de industrialização da região. A política agrícola no Nordeste anterior à criação da SUDENE confunde-se com a política econômica geral, em virtude da predominância do setor primário na economia regional, culminando com a criação, em 1948, da Comissão do Vale do São Francisco, hoje





CODEVASF, dentro de uma nova concepção de política de desenvolvimento resultante de vários diagnósticos.

Crescem os movimentos sociais que passam a ameaçar a hegemonia da burguesia nacional, ao mesmo tempo que a seca de 1952 instiga o governo federal a instituir um programa para a região, a ser executado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (ANDRADE, 1993, p. 6).

Em decorrência das secas de 1952, de 1958 e dos problemas econômicos do Nordeste diante do atraso em relação a outras regiões, a criação do BNB, da Comissão do Vale do São Francisco, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, entre outras, se revelou insuficiente para enfrentar os problemas centrais da região e foi determinante na instituição de um Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1956.

No seu relatório em 1959, o GTDN propunha uma política de desenvolvimento regional baseada na industrialização, com vistas a dar novo impulso à economia da região, no intuito de promover uma conseqüente integração nacional, levando em consideração as potencialidades da região fundadas numa economia primário-exportadora.

No trabalho desenvolvido pelo GTDN, o grupo atribuía à falta de terras de boa qualidade e à inconstante precipitação pluviométrica o fracasso do desenvolvimento do Nordeste, ou seja, as condições naturais eram determinantes na questão do crescimento econômico dessa região. Assim, a industrialização do Nordeste seria ótima solução para absorver mão-de-obra e ampliar a produtividade das formas industrializantes já existentes.

Além da participação intensa do governo, para o GTDN deveriam ser organizadas pesquisas para determinar os setores mais viáveis que pudessem aproveitar as potencialidades locais objetivando alcançar o tão desejado desenvolvimento e reduzir os desequilíbrios regionais. Desse modo, quatro tipos de indústrias eram necessários: de transformação de ferro e aço, mecânicas, de beneficiamento de produtos regionais, e as tradicionais indústrias têxteis, que deveriam ser melhoradas.

No entanto, a expansão da economia no Nordeste se dá em setores tradicionais e, na tentativa de reduzir os desequilíbrios do espaço geográfico brasileiro, exigindo a participação de um Estado Desenvolvimentista (ARAÚJO, 1997, p. 452).

À Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959, tendo como agente financeiro o Banco do Nordeste do Brasil, coube a res-



responsabilidade de planejar e orientar as ações do Estado na região. Mediante incentivos fornecidos pelos Arts. 34/18,<sup>8</sup> empresas nacionais e internacionais que no Nordeste se instalassem reduziriam em até 50% o imposto devido à União, transformando-se a industrialização no eixo de crescimento econômico, dando nova configuração à formação dos pólos de desenvolvimento, bem como à criação dos distritos industriais, com redução dos vínculos com o setor agrícola local e com o mercado regional (SOUZA, 1997, p. 499-518).

No seu discurso, a ação da SUDENE tinha como objetivo promover a redução dos desequilíbrios socioeconômicos regionais e integrar o Nordeste ao mercado capitalista comandado pelo Sudeste, ou até a transferência de capitais privados para a já então mais dinâmica região do país, motivo da implantação de uma infra-estrutura baseada na abertura de rodovias e na construção de usinas hidrelétricas (Relatório GTDN).

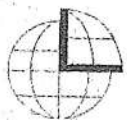
A vulnerabilidade da produção do Semi-Árido e as crises de mercado de produtos de exportação da Zona da Mata foram elementos importantes para se adotar o Planejamento Regional e objetivar a industrialização para o Nordeste, sem se afastar do setor primário.

Com a criação da SUDENE, o Planejamento Regional tomou a forma de Planos Diretores e, de acordo com estes, em linhas gerais, as ações para a reestruturação da economia agrícola na região deveriam se voltar para projetos de aproveitamento das bacias fluviais e de águas subterrâneas, uma política de águas; reforço à política de expansão de terras agricultáveis; racionalização de gêneros alimentícios e criação de infra-estrutura de comercialização de produtos agropecuários.

Para a reestruturação do espaço agrícola no Nordeste, o Planejamento Regional destaca a continuação dos projetos de irrigação do submédio São Francisco, de desenvolvimento integrado do Vale do Jaguaribe e dos incentivos às pesquisas de experimentação agrônômicas (ibidem, p. 205).

---

<sup>8</sup> "Arts. 34/18 – Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). O artigo 34 do Decreto-Lei no. 3.995 de dezembro de 1961 e as emendas introduzidas pelo artigo 18 do Decreto-Lei no. 4.239 de junho de 1963 foram incentivos fiscais que adotavam o mecanismo de reinvestimento do imposto de renda em projetos industriais aprovados pelos técnicos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste" (ABU-EL-HAJ, 1997, p. 327).



Portanto, no período de sua atuação podem se observar ampliação das redes de estradas e comunicações, melhoria e expansão do sistema bancário, difusão dos serviços de abastecimento de água etc. Entretanto, apesar do esforço de promover o desenvolvimento do Nordeste, “não teve condições de atenuar os desníveis existentes entre as várias regiões do país” (ANDRADE, 1993, p. 27).

Os investimentos que se instalaram no espaço nordestino garantiram ao empresariado do Sudeste a reprodução do capital baseado numa forte divisão interna do trabalho e na desigualdade regional. A falência de atividades nordestinas tradicionais, a incorporação de uma economia urbana de mercado, o excedente de mão-de-obra e a desqualificação desta última transformaram esses elementos em instrumentos para a obtenção de uma escala maior dos lucros pelo capital hegemônico proveniente da região mais desenvolvida do país, ao mesmo tempo em que garantiram os interesses do capital nacional e internacional a partir das propostas desenvolvidas pela SUDENE.<sup>9</sup>

Por ter sido sempre objeto de medidas de ordem fiscal e financeira, a intervenção governamental preocupou-se em ampliar os setores produtivos mais importantes: a agroindústria açucareira e a agricultura de exportação de cacau, culturas que se desenvolveram na sub-região da mata úmida.

Nesta sub-região do Nordeste, na década de 60 foi criado o Grupo Especial para a Racionalização de Agroindústria Canavieira do Nordeste (GERAN). À proporção que tentava recuperar a cultura cacauífera, via Comissão de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacauífera (CEPLEC), este grupo exercia inicialmente o papel de organização creditícia, passando depois a desenvolver pesquisas e extensão rural por meio do Centro de Pesquisas de Cacau (CEPEC) (SOUZA, 1997, p. 502).

---

<sup>9</sup> De acordo com Araújo, a partir dos anos 60, impulsionados pelas condições patrocinadas pela SUDENE, pelos incentivos fiscais (34/18 – Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR e isenção de imposto sobre renda), por investimentos de empresas estatais, complementados com créditos públicos (BNDI e BNB) e pelo investimento de recursos de importantes empresas locais, nacionais e multinacionais, as atividades urbanas, e dentro delas, as atividades industriais ganham crescentemente espaço no ambiente econômico do Nordeste e passam a comandar o crescimento da produção nessa região brasileira (ARAÚJO, 1997, p.453).



Esse momento que se materializa no final dos anos 60 e início dos 70 é resultado de certa desconcentração espacial da atividade econômica do país, segundo a qual, no Nordeste, a diversificação da indústria se volta para os bens intermediários, o dinamismo agrícola do Vale do São Francisco e a implantação do eixo petroquímico, que vai da Bahia a Sergipe, e o cloroquímico de Alagoas (ARAÚJO, 1993, p. 91).

Na realidade, a industrialização nordestina é fruto da expansão das fronteiras produtivas que respondem aos interesses do capital, à acumulação de lucros, mantendo no seu âmago forte dependência em relação ao Sudeste, uma vez que esta região continuava a produzir os bens duráveis e os de capital.

No tocante à localização das indústrias, o Nordeste é marcado por forte concentração espacial, privilegiando Estados como Bahia, Pernambuco e Ceará, enquanto se centralizou em alguns pontos, preferencialmente na Região Metropolitana de cada Estado ou em áreas que já apresentavam certo grau de prosperidade<sup>10</sup>.

Porém, as diferenças no processo de estruturação industrial se verificam no contexto locacional e dos capitais incentivados. Do total de 910 indústrias beneficiadas com o mecanismo 34/18 – FINOR, 19,5% se localizaram na Bahia, que recebeu 38,4% dos incentivos; em Pernambuco, com 24,3% e 35,7% dos incentivos e, no Ceará, com 19,8% de indústrias recebendo 8,6% dos incentivos (FERREIRO, 1995, p. 161; ABU-EL-HAJ, 1997, p. 329).

Ainda quanto à origem do capital responsável pela instalação de indústrias nesses Estados, somente na Bahia predominaram investimentos externos, enquanto em Pernambuco houve investimentos externos e locais e, no Ceará, o capital local foi o maior responsável pela consolidação da indústria no Estado.

A partir da década de 60 do século XX, um dos passos decisivos no processo de industrialização nordestina foi o redirecionamento dos investimentos públicos e, neste contexto, a criação de sistemas de engenharia<sup>11</sup> foi fundamental para atender às exigências de mercados nacionais e internacionais altamente concorridos.

<sup>10</sup> A expressão designa as vantagens locacionais em decorrência de boas condições de infra-estrutura, tendo sido determinante a abertura de rodovias e comunicações para a implantação desse processo.



De acordo com Abu-El-Haj (1997, p. 330) a necessidade de “uma administração ágil e competitiva e a posição de exportador de produtos de consumo no mercado internacional, assumida pelo Nordeste, foram os insumos para viabilizar uma modernização industrial alimentada pelo Estado”.

O processo de industrialização resulta de novas realidades da política brasileira e da crescente inserção do país em mercados internacionais; com a chamada globalização econômica, a indústria no cenário brasileiro e nordestino se articula estrategicamente pelo espaço, refazendo o território, e ao mesmo tempo se apropria de certa flexibilização econômica, organizacional e administrativa. Por esta razão, pode ser observada uma migração da indústria do Sudeste e Sul para outras regiões e interior do país, motivada por uma nova modalidade: o benefício fiscal.

Na década de 70, as políticas destinadas à agricultura se voltaram para a modernização das atividades agrícolas, deixando intocável a estrutura agrária, num processo denominado de “modernização conservadora”. No Nordeste, as políticas agrícolas se inserem no modelo nacional, perpetuando-se antigas estruturas. Cabe lembrar que este processo desigual não acontece somente na questão da terra, é estendido também às políticas agrícolas, uma vez que nem todos têm acesso a ele, caracterizando, no que se refere às políticas agrícolas e agrárias, um marco contraditório, materializado no espaço pela concentração e centralização das atividades produtivas.

Com vistas à implantação de um Sistema de Planejamento Agrícola de Pesquisa e de Extensão, criam-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

No Nordeste são elaborados Planos de Desenvolvimento, como o Programa de Desenvolvimento do Nordeste (PND), cujo objetivo se concentrou no Programa de Integração Nacional (PIN) e no Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA).

No Nordeste o objetivo do PIN se voltou para os projetos de irrigação e a implantação de corredores de exportação. Por outro lado, caberia ao PROTERRA o apoio ao pequeno produtor e a instalação de projetos agrícolas

---

<sup>11</sup> É um conceito usado por Santos (1994, 1997) para explicar a expansão dos sistemas de transportes e de comunicações que ocorre com a globalização.



com sentido empresarial, de modo que expandissem os projetos agropecuários e agroindustriais, como também propiciassem a abertura de frentes de exportação. Mas o PROTERRA extrapola o espaço nordestino e promove a produção agrícola na Região Norte do país.

Na realidade, esses projetos fugiram dos seus reais objetivos, indo beneficiar grandes iniciativas operadoras de emprego, como é o caso da agroindústria do caju, que ainda apresenta expressiva repercussão na geração de empregos, constituindo a castanha de caju um produto de elevada importância na pauta das exportações e no PIB dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, maiores produtores da Região Nordeste.

A continuidade do Programa de Desenvolvimento do Nordeste se faz com dois novos projetos: o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) e o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste – Projeto Sertanejo, criados dentro de uma concepção espacial de Pólos de Desenvolvimento. A proposta do POLONORDESTE procurou dar uma abordagem integrada de desenvolvimento agropecuário e agroindustrial, abrangendo vales úmidos, serras úmidas, agricultura seca, tabuleiros costeiros e pré-Amazônia. O Projeto Sertanejo, na maioria dos casos, estava concentrado nos projetos de irrigação do DNOCS.

Além dos programas de desenvolvimento, outras diretrizes foram estabelecidas para um conjunto de vários setores e atividades, mas as prioridades deveriam se voltar para os programas de desenvolvimento agroindustrial, de irrigação e de reforma agrária.

O quadro econômico de recuperação iniciado na década de 80 força o Brasil a buscar saldos comerciais crescentes no setor agrícola, especificamente em ramos agroindustriais processadores.

No Nordeste, a região foi objeto de mudanças substanciais no setor agrícola e na reorganização do espaço produtivo. No caso do Semi-Árido, os cultivos tradicionais apresentaram queda de área e estagnação de produtividade, o mesmo acontecendo com áreas produtoras da Zona da Mata – açúcar e cacau. Por outro lado, mediante irrigação, há o dinamismo da produção de tomate, melão, manga e uva nos pólos de Petrolina, Juazeiro, Vale do Açu e Norte de Minas Gerais. Trata-se da expansão da fronteira interna, por meio da irrigação do Semi-Árido e da agricultura de grãos no cerrado nordestino, que representam as frentes de expansão da agricultura moderna no Nordeste (SOUZA, 1997, p. 514).



O Nordeste acaba exercendo papel periférico, uma vez que grande parcela de produtores, culturas e áreas não foram incorporados ao processo de modernização. Assiste-se a um ajuste da agricultura nordestina à desregulamentação da Economia, em continuidade aos projetos já mencionados: Fundo Constitucional do Nordeste (FNE, FINOR), criando espaços seletivos e construindo novas territorialidades resultantes do processo de modernização, como: Petrolina (PE)/Juazeiro (BA), Vale do Açu (RN) e Morada Nova e Limoeiro do Norte (CE), ao mesmo tempo promovendo exclusões e um desenvolvimento desigual no contexto da região.

### O CEARÁ NO ÂMBITO DA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL

A história da economia cearense no período que precede a ação planejada do Estado brasileiro esteve associada aos ciclos econômicos regionais e nacionais. Primeiramente, no início do século XVIII, o Ceará se insere na pecuária, encarregado de prover subsistência às regiões produtoras de açúcar. As áreas da Zona da Mata, que seguem de Pernambuco a São Vicente, deveriam ser cultivadas com cana-de-açúcar, pois o açúcar era o carro-chefe da exportação brasileira. Fica, então, o gado obrigado a se deslocar para o sertão acompanhando o rio São Francisco, embora depois se expanda até prover o povoamento da maioria das capitanias nordestinas.

No Ceará, o gado se estabelece ao longo do rio Jaguaribe, fazendo com que cidades como Icó e Aracati, principalmente, apresentem certo crescimento. Com a decadência da produção açucareira, o gado passa a ser produto de exportação para as minas, fase em que ocorre grande desenvolvimento das charqueadas. Paralelamente ao ciclo do gado, expande-se a chamada indústria do couro, que na realidade não passa de uma série de oficinas de importância apenas regional<sup>12</sup>. Durante todo esse século a criação do gado é a principal atividade do Ceará, considerada como secundária no contexto econômico da Zona da Mata e Litoral, que produziam a cana-de-açúcar.

<sup>12</sup> Sobre a atividade econômica no Ceará e conseqüente processo de industrialização, podem ser vistos Amora (1989); Farias (1997); Girão (1979); Silva (1989).



Seqüencialmente, no início do século XIX, a cultura do algodão se desenvolve com base no velho contexto de suprir o mercado externo, ou seja, as indústrias têxteis da Europa. Porém, com a Guerra de Secessão dos Estados Unidos, que eram os maiores produtores de algodão e não puderam manter sua produção, o Ceará passa a suprir a lacuna deixada por eles. Ocorre grande valorização do produto e o ouro branco cobre o Estado<sup>13</sup>. Fortaleza começa a tomar importância, pois as atividades exportadoras se concentravam na região do porto, fazendo surgir pequenas unidades de beneficiamento de algodão, representadas pelas empresas de fiação e tecelagem, ao lado das indústrias de óleos vegetais, além de uma série de outras atividades inerentes aos centros urbanos (AMORA, 1989, p. 117).

Na análise do processo de industrialização, o do Ceará só experimenta uma arrancada a partir dos Arts. 34/18, já que antes deste incentivo a economia do Estado tem um caráter primário-exportador. Entretanto, o processo de industrialização pode se revelar a partir de duas fases.

A primeira fase, com a criação dos Arts. 34/18, cuja indústria de capital intensivo estava ligada organicamente ao complexo industrial estatal e se desenvolveu na Bahia e Pernambuco. No Ceará, as atividades que se expandiram nos centros urbanos levam a uma concentração de capitais locais, fazendo surgir diferentes empreendimentos oriundos de atividades agrícolas e comerciais e formando um mercado consumidor mais amplo.

A atividade industrial que começa a crescer no Ceará surge com base em capital local, geralmente se utilizando de matéria-prima também local, ao mesmo tempo que propicia a concentração em mãos de grupos familiares.

No Ceará, as atividades industriais estão ligadas à agricultura e ao comércio, caracterizando-se pelo beneficiamento, não só do algodão como também de grãos e outros ramos, como metalurgia, tipografia etc. Estas atividades identificaram, até meados da década de 60, a economia da industrialização deste Estado.

A segunda fase se concretiza com a inauguração do FINOR, em 1974, cujo maior efeito se dá sobre o espaço cearense, em que o apoio à indústria tradicional "condiciona o surgimento de um empresariado autônomo de

---

<sup>13</sup> Expressão usada por Farias (1997) para referenciar a importância da cultura do algodão na participação da economia do Ceará.





poder local e de instituições tradicionais do Estado brasileiro” (ABU-EL-HAJ, 1997, p. 330).

Neste momento a industrialização do Ceará está relacionada às políticas definidas pela SUDENE. As estratégias de implantação dos projetos industriais dentro do planejamento regional são asseguradas pelo Estado que, ciente da importância da captação de recursos, procura manter a importância relativa do Estado no cenário regional, facultando aos incentivos fiscais serem aplicados na modernização e/ou ampliação de atividades já existentes, como foi o caso da indústria têxtil, na implantação de ramos dedicados ao beneficiamento de matéria-prima agrícola, e também naqueles setores considerados como de substituição de importações.

Para assegurar o planejamento e execução do processo de industrialização, o governo estadual cria a Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (SUDEC), a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará (CODEC), o Banco do Estado do Ceará (BEC) e o Banco de Desenvolvimento do Ceará (BANDECE).

Coube à CODEC planejar e executar a infra-estrutura necessária à implantação da indústria, bem como acelerar o processo de captação de projetos industriais para o Estado, pela isenção de impostos, durante dez anos, às empresas que se instalassem em Fortaleza, e de cinco anos àquelas que viessem para outras áreas do Estado. Neste momento, as atenções se voltam para a capital, privilegiando a localização industrial na cidade de Fortaleza como tentativa de se firmar no contexto econômico regional e nacional (CARVALHO, 1995, p.28).

Durante toda a década de 60, os empreendimentos que receberam recursos do sistema 34/18 foram realizados por empresários locais. Ao mesmo tempo, os incentivos fiscais serviram para consolidar os poucos grandes grupos econômicos do Ceará, como o Grupo J. Macêdo, o Grupo Edson Queiroz e o Grupo M. Dias Branco (Ibidem, p. 28).

Na realidade, as ações empreendidas pelos governos constituem-se em tentativas de superar as barreiras impostas à reprodução do capital no espaço cearense, permeado pelo discurso da superação do atraso, tanto econômico como social, em face das regiões desenvolvidas do país. Neste contexto, o discurso do desenvolvimento inclui o aumento da produtividade e do consumo, conseqüentemente, uma melhoria da qualidade de vida, fruto da ampliação de bens e serviços em prol do bem-estar da coletividade.



O desenvolvimento é sugerido como indissociável do econômico e do social e seria resultado da industrialização do espaço cearense, calcada na mudança da base técnica de indústrias já existentes e na implantação de novos setores industriais. Enfim, o novo perfil da estrutura produtiva do Estado transfere a superação do tradicional ordenamento econômico agrário-exportador para outro, centralizado na indústria e nos serviços, permeado por relações capitalistas.

No plano político, a realização desse projeto seria possível com o II Plano de Metas Governamentais, elaborado no segundo governo de Virgílio Távora, entre 1979 e 1983, cujo objetivo era transformar o Ceará no III Pólo Industrial do Nordeste, a partir da implantação de novos empreendimentos neste setor e do reequipamento e modernização do parque industrial já existente em Fortaleza e Maracanaú, enquanto, no interior, impulsionaria os distritos industriais de Crato, Juazeiro, Sobral e Iguatu, de modo que se constituíssem em áreas de atração de novas indústrias.

Como mecanismo de atração e liberação dos recursos para a consolidação do III Pólo Industrial do Nordeste, merece destaque a criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI). No Ceará, embora não tenham contribuído para grandes alterações na estrutura industrial do Estado, as atividades produtivas consideradas tradicionais como a têxtil, a de alimentos e calçados foram as que mais se beneficiaram. Ademais, é na Região Metropolitana de Fortaleza que a grande maioria dos investimentos se realizam, criando um ambiente propício à reprodução do capital; ao mesmo tempo, esta se torna a região mais dinâmica do Estado.

Quanto à indústria de alimentos, no caso cearense, os maiores investimentos agroindustriais estão representados pela moagem de trigo e massa alimentícia, a partir do trigo, torrefação e moagem de café, contribuindo estes ramos com dois terços do valor da produção da indústria de alimentos do Ceará desde o final da década de 70.

Com a criação do Programa de Desenvolvimento de Agroindústria do Nordeste (PDAN), os projetos aprovados no Ceará contavam com as iniciativas do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) e se restringiram à fabricação de sucos e doces, beneficiamento de carne e industrialização de frutas tropicais, legumes e outros vegetais. Desta última, a força dinâmica encontra-se no beneficiamento e torrefação da castanha do caju, cujo destino é bem específico: o mercado internacional.



A produção do caju constitui-se em uma atividade agroindustrial das mais representativas para o Estado do Ceará, com a industrialização da amêndoa para exportação e o processamento do pendúnculo em forma de sucos e polpa.

No Ceará, a indústria de produtos alimentares é diversificada e conta com empresas em que inúmeras pequenas unidades industriais operam de forma artesanal ou semi-artesanal, ao lado de reduzido número de empresas modernas e bem equipadas. A participação das empresas artesanal e semi-artesanal é de 95,8% do total e as modernas representam 4,2%.

De acordo com o Cadastro Industrial do Ceará (1992), o setor de alimentos é integrado por 1.831 unidades, que podem ser agrupadas da seguinte forma: a) o gênero beneficiamento, torrefação e fabricação de produtos alimentares (beneficiamento, torrefação e moagem de café; moagem de trigo; fabricação de café e mate solúveis; fabricação de produtos de milho; de produtos de mandioca; de farinhas diversas; beneficiamento, moagem, torrefação de produtos alimentares diversos de origem vegetal); b) o gênero refeições conservadas, conservas de frutas, legumes e outros vegetais, fabricação de doces, inclusive confeitarias; c) o gênero abate de animais em matadouros, frigoríficos e charqueadas, preparação de carnes e produção de banha de porco e de outras gorduras comestíveis de origem animal; d) o gênero preparação e fabricação de conservas de pescado; e) o gênero preparação e fabricação de produtos de laticínios; f) o gênero fabricação e refinação do açúcar; g) o gênero fabricação de balas, caramelos, pastilhas, dropes, bombons e chocolates; h) o gênero fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria; i) o gênero fabricação de massas alimentícias e biscoitos; j) o gênero preparação e fabricação de produtos alimentares diversos; l) o gênero óleos.

Na tabela 1, pode-se observar a quantidade de estabelecimentos separados por gêneros e faixas, bem como a participação percentual de cada gênero, por faixa, na indústria alimentícia.



**Tabela 1**- Número de estabelecimentos por gênero e faixa na indústria de produtos alimentícios<sup>14</sup> – Ceará, 1992

Gênero	Faixa I		Faixa II		Faixa III		Faixa IV		Total	
	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.
Grãos	130	5,6	10	0,6	17	0,9	10	0,6	140	7,7
Conservas	79	4,3	09	0,5	05	0,3	-	-	93	5,1
Carnes	4	0,2	02	0,1	02	0,1	-	-	8	0,4
Pescado	11	0,6	11	0,6	06	0,3	02	0,1	30	1,6
Laticínios	12	0,7	09	0,5	02	0,1	-	-	4	0,2
Açúcar	-	-	02	0,1	02	0,1	-	-	4	0,2
Baías	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Confeitos	871	47,6	07	3,9	07	0,4	-	-	950	51,1
Massas	335	18,3	31	1,7	10	0,6	02	0,1	378	20,7
Óleos	-	-	03	0,2	02	0,1	-	-	5	0,3
Diversos	160	8,7	32	1,7	05	0,3	02	0,1	199	10,0
Prod. alimentares	1576	86,0	181	9,9	58	3,2	16	0,9	1831	100,0

Fonte: Cadastro Industrial do Ceará, 1992.

No contexto espacial, as micro e pequenas empresas se encontram distribuídas na maior parte do território cearense; entretanto, quando se trata das médias e grandes, modernamente equipadas, existe elevada concentração na Região Metropolitana de Fortaleza e na Região do Cariri<sup>15</sup>. Nesta última há o destaque para a produção de massas e biscoitos, enquanto em Fortaleza estão localizadas indústrias de massas e biscoitos e os quatro moinhos de trigo: o Moinho Fortaleza (o mais antigo e o nosso objeto de estudo), o Moinho Cearense, o Moinho M. Dias

<sup>14</sup> As empresas podem ser classificadas em micro, pequenas, médias e grandes, de acordo com o número de empregados. Faixa I, microempresa: possui no máximo 19 empregados; Faixa II, pequena, 20 a 99 empregados; Faixa III, média: 100 a 499 empregados; Faixa IV, grande: mais de 500 empregados (TERCEIRO, 1994, p. 55).

<sup>15</sup> A Região do Cariri é uma das mais dinâmicas do Estado do Ceará. De acordo com o IBGE, a macrorregião é formada por 23 municípios, porém a microrregião, o Cariri, é composta por cinco municípios, sendo Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha as principais cidades pelo dinamismo e desenvolvimento. A região se localiza na porção Sul do Ceará.



Branco e o Moinho Santa Lúcia. Todos situados estrategicamente na região do Porto do Mucuripe, uma vez que a quase totalidade da matéria-prima - o trigo, é importada e o transporte é realizado em grandes navios.

É preciso considerar que ao longo desse período, final da década de 60 e início da década de 70, a estrutura industrial do Estado do Ceará não sofreu alterações significativas, e embora o Estado tenha, em primeira instância, assumido o ônus dos investimentos industriais, as mudanças que vão consolidar a economia de mercado só começam a se efetivar a partir do surgimento de "um novo empresariado cearense que rompe com as antigas estruturas de poder e se torna crítico do modelo de intervenção governamental", porém é quase uma continuidade da implantação do projeto de industrialização proposto pelo PLAMEG II, da década de 70, durante o governo Virgílio Távora (ABU-EL-HAJ, 1997, p. 331).

De acordo com Abu-El-Haj (1997, p. 332), "as primeiras manifestações do rompimento apareceram na recomposição do Centro Industrial do Ceará - CIC, em 1978" e o objetivo político desse grupo de empresários que se dizem progressistas era a conquista do poder e a implementação de políticas públicas que rompessem com o desenvolvimentismo e o poder local, surgindo claramente o pragmatismo político desse grupo com o lançamento da candidatura de Tasso Jereissati ao governo em 1986.

O projeto político dos jovens empresários tenta romper com práticas anteriores no intuito de uma reestruturação espacial e produtiva para tornar o Estado eficiente e capaz de superar o atraso socioeconômico. O novo modelo busca reverter a concentração da indústria da Região Metropolitana para outras regiões do Estado, marcando nova fase voltada para a desconcentração espacial com vistas a realizar maior integração intra-estadual. Nesta fase, podemos observar novo comportamento do Estado, a quem cabe uma série de ações, mediante investimentos de infra-estrutura que facilitam a expansão do setor privado e a formação de uma sólida economia de mercado<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> O novo projeto dos jovens empresários que delimitaram a base do governo Tasso incorporou quatro elementos fundamentais: 1. crítica severa da estatização e do intervencionismo desenvolvimentista do setor público; 2. defesa intransigente da economia de mercado e da propriedade privada como a essência de uma economia aberta e democrática; 3. crítica da visão corporativa patronal e das posições conservadoras assumidas pela classe empresarial; 4. defesa do Nordeste e condenação dos desequilíbrios interregionais.



Em oposição às políticas liberais do CIC, segundo o qual o não intervencionismo estatal na economia era pressuposto para alcançar o desenvolvimento técnico-econômico e manter seguro o processo de democratização do país, o Governo das Mudanças<sup>17</sup> apresenta-se como Estado mais intervencionista. Busca desconcentrar as indústrias da Região Metropolitana de Fortaleza e atrair novas indústrias para o Ceará por meio de incentivadoras políticas de concessões às empresas que se instalem no Estado, ou que escolham regiões do interior para isso. Chega-se a um projeto desenvolvimentista mais complexo, em substituição às superintendências de desenvolvimento, há muito inoperantes. Todavia, o governo não descarta o uso dos fundos de desenvolvimento, tanto que o principal injetor de capitais é o Fundo de Desenvolvimento da Indústria (FDI) que, apesar de criado em 1979, passa a apresentar nova roupagem para prover subsídios à indústria. Da mesma forma, mantêm-se os fundos de desenvolvimento nacional, como o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS).

Para garantir a fixação das indústrias no Estado, são lançados projetos de qualificação de mão-de-obra, haja vista os Liceus de Artes e Ofícios, além da prioridade de obras públicas que garantam o saudável desenvolvimento das indústrias e do Ceará; constituem exemplos a construção de um novo porto, o Porto do Pecém, e a Estrada do Sol<sup>18</sup>, como suas mais recentes realizações.

---

<sup>17</sup> Denominação usada para o governo Tasso Jereissati (1986), representante da burguesia industrial do Ceará, formada por jovens empresários integrantes da direção do CIC que tinham como compromisso "a formação de uma classe política competente e forte capaz de assegurar o poder. Durante a campanha de 1986, o grupo de empresários pregavam uma gestão profissional da administração pública, sem clientelismo, fisiologismo, paternalismo ou corrupção, além de criticar duramente o mau gerenciamento dos recursos públicos estaduais e a política industrial do governo para o Nordeste" (FARIAS, 1997, p. 259).

<sup>18</sup> Com o objetivo de dinamizar o turismo no Ceará, a construção da Estrada do Sol é um dos empreendimentos mais recentes do Governo das Mudanças, permitindo a melhoria das rodovias já existentes em direção à costa leste e abrindo novas rodovias em direção à costa oeste, possibilitando atingir praias até então pouco conhecidas em decorrência das dificuldades de acesso.



As novas políticas, no entanto, não se afastam muito do desenvolvimento implementado pelos governos que lhes antecederam. A maior mudança consiste na intervenção do Estado, mas não se propõem mudanças mais profundas que possibilitem distribuir melhor renda. Portanto, tem-se uma política atrelada às antigas estruturas, promovendo somente o crescimento da economia, incapaz de provocar as transformações necessárias. Existe apenas um desenvolvimento desigual e combinado. De um lado, a pequena indústria, que ultimamente tem se mostrado parte dinâmica do atual contexto mundial; do outro, a errônea visão de desenvolvimento econômico associado aos grandes grupos industriais. Da mesma forma, o governo insiste na desgastada política de arrocho salarial para enxugar as contas públicas, criando na verdade um mercado consumidor restrito, com poder de compra reduzido.

Ao avançar na análise desses problemas, percebemos a inexistência de verdadeiras políticas de desenvolvimento social que possam constituir um mercado qualitativo para as empresas e formar indivíduos mais capacitados para o mercado de trabalho. Enfim, um desenvolvimento mais seguro ao longo dos anos. Portanto, fica clara a razão da fragilidade da economia, sempre susceptível aos agravos da economia nacional e internacional, sensível às crises financeiras e, principalmente, não tem contribuído para reduzir as desigualdades sociais que continuam gritantes no contexto da região Nordeste e do Ceará.

As novas manifestações da economia cearense se resumem em ações que respondem às necessidades de uma reestruturação não somente regional, mas também nacional e em conformidade com a internacionalização da economia a uma ordem mundial. São novas organizações socioeconômicas e espaciais movidas pela produção e trocas globalizadas e impulsionadas pelo desenvolvimento técnico-científico-informacional capaz de criar racionalidades temporais e espaciais em benefício do capital.

Podemos observar que a atual lógica flexível tomada pelo capital nos últimos anos não apenas foi fundamental na intensificação do processo de industrialização no Ceará, mas também capaz de fazer com que as empresas incorporassem novos valores, se reestruturando organizacional-administrativamente com vistas a se tornarem mais competitivas diante dos mercados cada vez mais globalizados.

Na realidade, as conseqüências da abertura econômica que permeiam as últimas décadas, marcada por forte competição e constantes reestrutura-



ções, são necessárias à manutenção de superacumulações do capital hegemônico pelo espaço geográfico.

Segundo Elias (1999, p. 51), a agropecuária no Ceará vem melhorando seu desempenho, com destaque para a avicultura, a fruticultura e culturas irrigadas, evidenciando as possibilidades de produção do Semi-Árido e constituindo-se em segmentos modernos e tecnologicamente competitivos.

As condições naturais, as precárias infra-estruturas gerais, falta de pesquisas, difícil acesso ao crédito, inexistência de extensão e de assistência técnica, entre outros, são fatores que explicam a organização da produção e da produtividade agropecuária no espaço cearense. Entretanto, nos últimos dez anos o domínio tecnológico sobre o quadro natural representa a mais importante ferramenta associada à criação de uma infra-estrutura para a melhoria do processo produtivo do Estado.

A criação do Programa de Agroindústria do Nordeste (PNAN), em 1974, trouxe novas perspectivas quanto ao desenvolvimento e expansão das atividades agroindustriais no Nordeste, estimulando principalmente a conserva de frutas, legumes e outros vegetais, sendo o Ceará um dos estados beneficiados.

Embora mantenha antigas estruturas agrárias e agrícolas, o espaço geográfico cearense está cada vez mais exposto às externalidades. Mas a incorporação da técnica pelo espaço não acontece de maneira homogênea, resultando na seleção do espaço "com forte concentração territorial das formas resultantes do processo de modernização" (ELIAS, 1999, p. 47).

Os princípios da ideologia da globalização, cujo mercado funciona como principal mecanismo em detrimento dos Estados nacionais, pressupõem a existência de novos signos e objetos geográfico-econômicos com condições de participar desse processo de forte concorrência.

A globalização possibilitou a construção de espaços onde se faz presente em maior escala o uso da ciência e da técnica, embora em diferentes níveis. Ao mesmo tempo, resultou na fragmentação do processo produtivo e na especialização regional da produção. Neste contexto, a organização do espaço brasileiro e em especial a do Nordeste se revela pela modernização agrícola e industrial a partir de diferentes níveis de complexidade, visto que nem todos os lugares dispõem dos modernos sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1994, 1996).

Nesta perspectiva, o espaço geográfico cearense, objeto da economia globalizada, tem recebido investimentos públicos e privados para a moder-





nização tecnológica e melhoria dos processos produtivos, provocando, dessa forma, nas empresas e ações impactos no espaço com os circuitos espaciais de produção, a partir da reorganização da produção de setores tradicionais, que ainda se constituem atividades importantes para a economia cearense (agropecuária e extrativismo); reorganização das atividades industriais combinadas com a reestruturação das empresas locais, como meio de se inserir na competitividade internacional instalada com a abertura do mercado.

Na realidade, ao longo de sua história, o Ceará tem o Estado como instrumento na construção dos fixos. Nas duas últimas décadas, porém, exerceu papel decisivo na criação de infra-estrutura e no aprimoramento dos mecanismos fiscais e financeiros de incentivos e apoio à reestruturação do processo produtivo. Para isto, valeu-se das empresas industriais já existentes, além da instalação de novas unidades produtivas, objetivando o fortalecimento dos sistemas produtivos com base nas potencialidades do Estado.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sistemas produtivos alcançaram um nível de desenvolvimento jamais visto, graças aos avanços da tecnologia, que possibilitaram a ampliação significativa dos circuitos produtivos pela racionalidade da indústria, dando nova dimensão às formas, estruturas e processos, no sentido de se redimensionarem e se adequarem aos novos tempos.

O território, sinônimo do espaço socialmente organizado, reflete os impactos das constantes reestruturações dos sistemas produtivos, exigências das diferentes temporalidades decorrentes das mudanças tecnológicas, políticas, econômicas e sociais. Porém, nas últimas décadas do século XX, vem se desencadeando um conjunto de transformações cujas práticas utilizadas pelo capital se diferenciam no tempo e no espaço de tal modo que seus efeitos sociais e espaciais precisam ser mais bem compreendidos.

No Ceará, o desenvolvimento da agroindústria, ao longo da história, esteve atrelado ao desenvolvimento da modernização brasileira, ou seja, às políticas e planejamentos que deram início a esse processo e que foram de importância fundamental para a implantação dos primeiros projetos através das ações dos órgãos de desenvolvimento, cujos impactos no território cearense privilegiam as atividades primárias tradicionais, mantendo, po-



rém, as antigas estruturas de poder econômico e político. A modernização do Estado parece ainda distante diante da atual realidade.

Constata-se, claramente, nos últimos vinte anos, transformações que se configuraram no espaço cearense, através de grandes projetos que dão sustentação à implantação do capital e à inserção do Ceará no chamado mundo globalizado. Por outro lado, permanece praticamente inalterada a situação da pequena produção, onde a técnica aplicada ao processo produtivo ainda se realiza tradicionalmente. Os frutos da modernização se prestam a uma minoria, os capitalistas, acentuando assim as desigualdades. Entretanto, este modelo possibilitou a posição do estado do Ceará como um dos Estados de maior crescimento econômico.

Embora o poder público e privado tenha investido maciçamente na modernização da tecnologia e melhoria na produção, as atividades ligadas à industrialização e a produção agropecuária têm grande importância para o PIB cearense, é forte a participação deste setor na economia, razão dos grandes investimentos procurando modernizá-lo e, ao mesmo tempo, aumentar a participação da pequena produção; porém, não vem contribuindo para melhorar os indicadores sociais, permanecendo a concentração de renda no Estado do Ceará.

Contrariando tudo isso, é visível o papel do poder público na consolidação dos sistemas de objetos e sistemas de ações através dos grandes investimentos que deram ao Ceará, e em especial à cidade de Fortaleza, uma nova cara, de cidade moderna e de um Estado capaz de participar da economia.



## REFERÊNCIAS

- ABU-EL-HAJ, Jaawdat. Neodesenvolvimento do Ceará: autonomia empresarial e política industrial. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.28, p.327-345, 1997.
- AMBROSI, Ivo; CRUZ, Elmar Rodrigues da. Taxas de retorno dos recursos aplicados em pesquisa no Centro Nacional de Pesquisa de Trigo. *Revista de Economia Rural*, Brasília, v. 24, n. 2, abr./jun. 1986.
- AMORA, Zenilde Baima. Aspectos históricos da industrialização do Ceará. In: SOUZA, Simone de (coord.). *História do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989.
- ANDERSON, Thomas. Nova política industrial: objetivos, instrumentos e desempenho. In: CASTRO, Antônio Barros de et al. *O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Estado, capital e industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- \_\_\_\_\_. Formação econômico-social e processos políticos no Nordeste brasileiro. In: MARANHÃO, Sívio (org.). *A questão Nordeste – estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- \_\_\_\_\_. *O Nordeste e a questão regional*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A experiência do planejamento regional no Brasil. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina. *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993. p. 87-95.
- \_\_\_\_\_. A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. 4, out./dez. 1997.
- \_\_\_\_\_. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr./jun. 1999.
- \_\_\_\_\_. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva? In: CASTRO, Iná Elias de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio G. *Redescobrimo o Brasil – 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Faperj, 1999. p.73-91.
- BELIK, Walter. Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: elementos para uma avaliação. In: \_\_\_\_\_. *Agropecuária e agroindústria no Brasil*. São Paulo: ABRA, 1992.



- BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CARVALHO, Eveline Barbosa S.; MENEZES, Adriano Sarquis B. de. Dimensões do desenvolvimento: teoria e prática no Nordeste brasileiro. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 30, n. 2 abr./jun. 1999.
- CARVALHO, Paulo César Silva. *Incentivos Fiscais (sistema 34/18 FINOR) e desenvolvimento do Estado do Ceará*. Fortaleza: UFC/FEAC, 1995.
- CIC. *Cadastro industrial do Ceará*. Fortaleza: IPLANCE, 1992.
- COSTA, Eurico Rocha Barbosa. *A intervenção do estado na economia nordestina*. Fortaleza: IPLANCE/COREN-CE, 1997.
- ELIAS, Denise. *Meio técnico-científico-informacional e urbanização na Região de Ribeirão Preto-SP Relatório de qualificação*. São Paulo: USP, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Expansão do meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP)*. Tese de doutorado. Departamento de Geografia/FFLCH/USP, São Paulo, 1996.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- IPLANCE. *Aspectos globais e setoriais da economia cearense. Evolução e perspectivas*. Fortaleza: IPLANCE, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Ceará – 1997*. Tomo 2. Economia e finanças. Fortaleza: IPLANCE, 1998.
- MAGALHÃES, Antônio Rocha. *Industrialização e desenvolvimento regional; a indústria do Nordeste*. São Paulo: USP, 1982.
- MAZZALI, Leonel. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede"*. São Paulo: UNESP, 2000.
- MOREIRA, Raimundo. *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- NOBRE, Geraldo da Silva. *Processo histórico de industrialização do Ceará*. Fortaleza: SENAI, 1989.
- NUNES, Francisco José Costa. *Trinta anos de incentivos fiscais – Sistema 34/18 – FINOR*. Fortaleza: CAEN/UFC, 1992.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- SIC. *Avaliação da política industrial do Ceará*. Fortaleza: SIEC/CE, 1982.
- SIC. *III pólo industrial do Nordeste*. Fortaleza: s. ed., 1979. V. 1; V. 2.



- SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, SP: UNICAMP IE, 1996.
- SOARES, Francisco de Assis; ROCHA, Francisco José Sales. Nordeste brasileiro: dinâmica econômica dos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 25, n. 2, p. 261-278, abr./jun. 1994.
- \_\_\_\_\_. O pioneirismo do Ceará em programas de indústria. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 20, n. 3, p. 247-265. jul./set. 1989.
- SOJA, Edward W. *Geografia pós-moderna: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SOUZA, Hermínio Ramos de. Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberalização comercial. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 499-518, out./dez. 1997.

